

## RESENHAS

LACLAU, Ernesto and MOUFFE, Chantal. **Hegemony & Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. London/New York, Verso, 1989 (1st ed. 1985), 197 pp.

Os acontecimentos envolvendo a desmontagem do stalinismo no Leste europeu em 1989 caíram como uma luva na última campanha eleitoral no discurso neoliberal e conservador anti-socialista, antiestatista, que visa transformar o Brasil numa "economia de mercado", "moderna" e "competitiva". Atordoada com a rapidez, a profundidade e a inclemência das manifestações populares de defesa dos direitos políticos e humanos pisoteados pela autocracia socialista no poder, a esquerda brasileira mal conseguiu recompor um contradiscurso, que se não explicasse, ao menos justificasse o porquê de se aventurar a defender para o Brasil um modelo de sociedade "morto". Foi assim que a velha e a nova direita definiram o socialismo. Foi assim que a esquerda caiu na trampa de "salvar o que se havia perdido".

Na realidade, ao que assistimos foi o desfecho de um longo e penoso processo de esfacelamento de um discurso sobre o social (claro que "discurso" aqui não implica apenas "idéias", mas se constitui em e por práticas sociais), oriundo do século passado: o do socialismo marxista.

Ao contrário das tentativas de afirmar pateticamente que as mudanças do Leste se deviam não ao fracasso, mas à vitalidade do socialismo (ou do marxismo), ou de execrar a "distorção ideológica" que a direita fazia daquele processo, faltou à esquerda, ou melhor, ao segmento predominante da

esquerda no Brasil, a necessária capacidade de autocrítica e a sensibilidade ante a realidade em sua dinâmica, indispensável a quem se quer credenciar a ser sujeito de mudanças profundas.

O livro de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, **Hegemony & Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**, anterior aos acontecimentos mencionados, é, sem dúvida, um momento privilegiado dessa tentativa, desconsiderada pelo debate político-eleitoral do ano passado, de uma redefinição de todo um imaginário político que se tornou claramente anacrônico para dar sentido às demandas por mudanças do presente e para barrar o avanço da ofensiva liberal-conservadora enfim vitoriosa.

Partindo de uma nua e crua "radiografia" da crise da esquerda, Laclau e Mouffe traçam todo um processo de mudança histórica experimentada ao longo deste século no socialismo e no capitalismo, com o fracasso de certas propostas longamente acalentadas (ex. Budapeste, Praga, Polônia de Jaruzelski, Cabul, Vietnã e Cambodja) e o surgimento de novas situações e novos sujeitos políticos (ex. o movimento feminista; os protestos de minorias étnicas, sexuais e nacionais; os movimentos ecológicos e pacifistas). E o fazem em torno da discussão de uma mudança fundamental na **forma de política** predominante no século dezenove em relação ao atual:

O que está em crise agora é toda uma concepção de socialismo que repousa sobre a centralidade ontológica da classe operária, sobre o papel da Revolução, com 'r' maiúsculo, como momento fundante na transição de um tipo de sociedade para outro, e sobre a expectativa ilusória de uma vontade coletiva perfeitamente unitária e homogênea que tornará inútil o momento da política (p. 2)

Fundamentalmente, os autores defendem que esta mudança vai muito além de meras rearrumações conjunturais e de concessões teóricas a estas. Trata-se de uma nova e radicalmente diversa **lógica do social**, que se expressa através de várias categorias: **pluralidade e indeterminação do social, forma hegemônica de política, discurso, democracia radical**, etc. O eixo da discussão é o conceito de **hegemonia** e as transformações teóricas e históricas por que tem passado. Um dos problemas de base de toda a concepção que norteia as

reflexões do discurso de esquerda — salvo raríssimas exceções — é seu aprisionamento por uma lógica do social que se remete ao momento fundante da Revolução Francesa — cristalizado na oposição “povo” — “**ancien régime**” — que é, na verdade, o último e não o primeiro momento de uma situação de antagonismo em que os dois pólos estavam, de antemão, perfeitamente dados. Desde a segunda metade do século passado, a natureza dos antagonismos já não permitiria essa identificação **a priori** de um campo rigidamente demarcado por duas **posições de sujeito** como identidade irreduzível uma à outra (cf. pp. 149-152).

Segundo Laclau e Mouffe, no interior do próprio marxismo, muito cedo se percebeu a dificuldade de tentar reproduzir, nas novas condições históricas do discurso sobre o social da segunda metade do século passado, o referido modelo de ruptura revolucionária jacobino. Seja na Social-Democracia russa (Plekhanov, Axelrod, Lênin e Trotski), seja na alemã (Kautsky, Rosa Luxemburgo, Bernstein), seja no Sindicalismo Revolucionário de Sorel, tentou-se responder ao desafio da multiplicação das frentes de luta e dos sujeitos sociais a elas relacionados. Contudo, até pelo menos o divisor de águas representado pela reflexão de Antonio Gramsci, fracassaram todas as tentativas de pensar o que se começara a chamar de “hegemonia”, como tática política contingente, que viabilizasse o caminho da ruptura revolucionária (a “tomada do poder pelo proletariado”).

O reconhecimento pelo marxismo de que “a determinação socialista da classe operária não surge espontaneamente mas depende da mediação política dos intelectuais” (p. 85) não levou, entretanto, a entender essa mediação como **articulação**, isto é, “como uma **construção política** de elementos dessemelhantes” (idem). Isto porque toda a concepção se baseava num essencialismo apriorístico que atribua a um único sujeito a missão de redimir a história, definia um único lugar a partir de onde isto se daria e uma única forma de chegar até lá: proletariado, Estado e revolução socialista estabeleciam assim relações de equivalência obrigatória. Somete-se a isto a visão etapista, o economicismo e a definição, **a priori**, da identidade dos sujeitos em luta e compõe-se um quadro rígido de estruturação de política, que impediu sistematicamente fossem realçadas as mudanças em todos os espaços do social e da política ocorridas.

Com Gramsci, pela primeira vez, se deu início, no campo da esquerda, a uma reflexão que, através do conceito de

**hegemonia**, desse conta das complexas relações sociais nas sociedades ocidentais. A partir dele, portanto, os autores iniciam um rigoroso e erudito esforço de argumentação, com vistas a desenvolver uma nova concepção do social que dê conta da constante modificação das identidades coletivas (posições de sujeito), num espaço que já não pode ser pensado como totalidade acabada, mas miríade de espaços que **podem** ser articulados como totalidade, sem contudo saber-se, **a priori**, de que forma. As diversas formas de luta, nas quais se constituem os novos sujeitos políticos (dentre os quais, já não como o sujeito, a classe operária), só podem ser pensadas em sua relação com outras lutas e outros sujeitos, não estando nunca dadas, nem garantidas para o futuro, senão através da **articulação hegemônica**, que é fundamentalmente um processo de construção de um espaço político.

As implicações teóricas e políticas de uma perspectiva assim são imediatas: confrontada com a ofensiva neoliberal (representada paradigmaticamente por Reagan/Bush, Thatcher, Kohl e outros), que, em nome do “enxugamento” do Estado, erige um discurso que reproduz, num outro nível, idéias caras ao pensamento conservador, **a esquerda precisa levar até o fim o processo de alargamento da democracia liberal** na direção de uma democracia radical e plural. Isso implica abandonar resolutamente o **classismo**, o **estatismo**, o **economicismo**, a **revolução jacobina**, a **subsunção da democracia no socialismo** (a dimensão socialista tornando-se um dos componentes do projeto democrático radical). E prosseguir com o desenvolvimento de um projeto no qual a demanda por igualdade seja equilibrada pela demanda por liberdade, num contexto multidimensional de lutas pela ampliação do “princípio democrático” e pela direção hegemônica de múltiplos sujeitos — cujas identidades e “interesses” mudam no processo — articulados entre si. Esse projeto distingue-se claramente do pluralismo, na medida em que assume o caráter conflitivo (antagônico) das relações sociais, que não se expressa necessariamente através da noção de “interesse”, e reconhece a seletividade das instituições estatais e da sociedade civil ante determinadas demandas pelo alargamento dos espaços e criação de outros no contexto de noções como “direitos coletivos” (definidos relacional e não absolutamente).

O livro é profundamente instigante, como as colocações acima deixam entrever, embora contenha muito mais do que aqui expusemos. Trata-se de um ambicioso projeto de reorientar toda a concepção que fundamenta as ciências so-

ciais e o debate político hoje, tanto nas sociedades de capitalismo avançado, como no socialismo do Leste (incluindo a URSS) e em países como o Brasil, onde o Terceiro Mundo está morto e está em questão uma agenda que difere da contemporaneidade do mundo em aspectos importantes, mas não sem paralelos. E de apontar uma saída — certamente não a única — para a ofensiva liberal-conservadora (travestida de social-democracia) da qual inequivocamente os tempos coloridos são expressão cristalina.

**Joanildo A. Burity**  
Pesquisador da Fundação Joaquim  
Nabuco